

ano 1
número 5
ISSN 2595-8232

Título | A estratégia do investimento direto chinês e da atuação das empresas estatais no Brasil: uma análise do ingresso no setor petrolífero

Autores | Rodrigo Pimentel Ferreira Leão
Claudio Castelo Branco Puty

Palavras-chave | China, Investimento Estrangeiro Direto (IED), Estatais e Petróleo.

Novembro de 2018



Instituto de pesquisa de natureza privada criada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público dos mais diversos por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e os impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaboradas pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam dos temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2018

ISSN 2595-8232

1. Introdução

O crescimento notável do investimento chinês no Brasil levantou, para além da euforia dos setores exportadores de *commodities*, uma série de dúvidas – se não uma certa apreensão – acerca de suas consequências econômicas e políticas (NOLAN, 2012).

Grande parte do debate envolvendo a expansão daquele capital, seja na forma comercial, industrial ou financeira, inicialmente concentrou-se em potenciais impactos deletérios à indústria nacional, motivando preocupações de caráter regulatório que iam desde a política anti-dumping até questões trabalhistas.

Em momento posterior, a onda de aquisições lideradas pelos chineses chamou atenção para outro aspecto de sua saída para o exterior: o protagonismo de suas empresas estatais no processo de internacionalização, tanto aquelas controladas pelo governo central quanto às pertencentes a entes subnacionais.

Além disso, a experiência recente do investimento estrangeiro direto (IED) chinês no nosso país sugeriu uma preocupação da nação asiática com o acesso e controle de recursos naturais estratégicos ao seu crescimento econômico e segurança nacional. Isso não significou que a internacionalização do capital de origem chinesa, particularmente de suas estatais, não teve razões de mercado muito claras. Sem dúvidas, ela atendeu à forte lógica comercial e produtiva a fim de aumentar a rentabilidade de suas companhias. Ou seja, a internacionalização protagonizada pelas companhias públicas chinesas permitiram uma articulação contínua de interesses mercantis e estatais estratégicos.

Foram exatamente estes dois eixos – busca por recursos estratégicos e oportunidades de ganhos econômicos – que guiaram a inserção das petrolíferas chinesas no mercado brasileiro. Mais especificamente, quatro fatores, pelo menos, explicaram os investimentos chineses na indústria de petróleo e gás natural brasileiro: i) a inexistência de reservas de petróleo na China capazes de atender a sua crescente demanda; ii) o papel do petróleo como uma fonte importante para a redução do carvão como matriz energética chinesa; iii) as dificuldades geopolíticas para assegurar reservas de petróleo no patamar necessário ao consumo chinês e iv) a o êxito já alcançado pelas explorações do pré-sal brasileiro num cenário de maiores incerteza da indústria petrolífera global.

Na realidade, o setor de energia (principalmente de petróleo e gás) do Brasil emergiu como uma área estratégica para a China e, por essa razão, enquadrou-se na estratégia de internacionalização das empresas chinesas, em especial de suas petrolíferas estatais. Tal estratégia ganhou um forte impulso no início dos anos

2000, quando o governo chinês definiu diretrizes e adotou medidas (administrativas, fiscais e financeiras) para impulsionar a ida de suas empresas ao exterior. No caso das petrolíferas estatais, além de usufruírem dessas medidas, elas realizaram reformas e mudanças internas a fim de se adequar à nova realidade tanto para se posicionar em terceiros mercados capazes de rentabilizá-las, como para atender aos interesses dos projetos de internacionalização da economia chinesa.

A entrada das estatais de petróleo chinesas no Brasil se aproveitou de espaços para sua atuação em vários segmentos ligados à cadeia de petróleo e gás natural. Além da própria exploração e produção, os chineses já investiram no mercado brasileiro de distribuição e se estabeleceram em setores fornecedores, como o de bens de capital, construção de plataformas e sondas, logística portuária entre outros.

Nesse cenário, o governo chinês – por meio de suas empresas estatais e instituições de financiamento – enxergou no Brasil um parceiro a fim de adquirir ativos estratégicos, criar oportunidades de melhorar sua rentabilidade e, ao mesmo tempo, conceder empréstimos e financiamento direto para que o país pudesse ampliar seus investimentos no setor de petróleo.

Isso foi facilitado após abertura e desregulação do Brasil promovidas no último biênio por meio das mudanças dos modelos de exploração e produção¹, bem como da redução do conteúdo nacional exigido para a exploração dos blocos de petróleo e gás natural.² Além disso, a política de desinvestimento da Petrobras, que na prática significou a busca por compradores de vários de seus ativos, também criou uma janela de oportunidade para investidores estrangeiros no setor, entre eles os chineses.

Tomando esses aspectos como pano de fundo, o presente texto visa, portanto, descrever a estratégia de internacionalização chinesa e o papel do Brasil

¹ “(...) logo após a ascensão do governo de Michel Temer, o senador José Serra elaborou o projeto de lei que retirou a cláusula de obrigatoriedade de participação da Petrobras no Regime de Partilha [do pré-sal]. (...) A partir de agora, a petroleira poderá escolher os projetos nos quais quer participar. (...) Na realidade, essa mudança simplesmente quebrou um dos pilares de controle estatal sobre as reservas do pré-sal em favor das empresas estrangeiras. (...) em 2018, foi a vez da Cessão Onerosa ser desmontada, pelo projeto do deputado José Carlos Aleluia, que autorizou a Petrobras a vender até 70% dos seus direitos de exploração adquiridos quando da assinatura do contrato de cessão onerosa” (NOZAKI et al., 2018, p. 17-18).

² Recentemente, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) flexibilizou as regras de conteúdo local, chegando em alguns casos a desobrigar as empresas de utilizarem máquinas e equipamentos nacionais, como na 4ª rodada de licitações de Acumulações Marginais. Na 14ª rodada de licitações dos Contratos de Concessões, os índices estabelecidos foram os seguintes: a) para exploração em terra, o índice de conteúdo local será 50%; b) para os blocos em mar, o conteúdo mínimo será de 18% na fase de exploração, 25% para a construção de poços e 40% para sistemas de coleta e escoamento. Para se ter uma ideia do impacto gerado por esses novos índices, na décima primeira rodada em 2013 os percentuais de conteúdo foram, na média, 62% na etapa de exploração e nas etapas seguintes 76%.

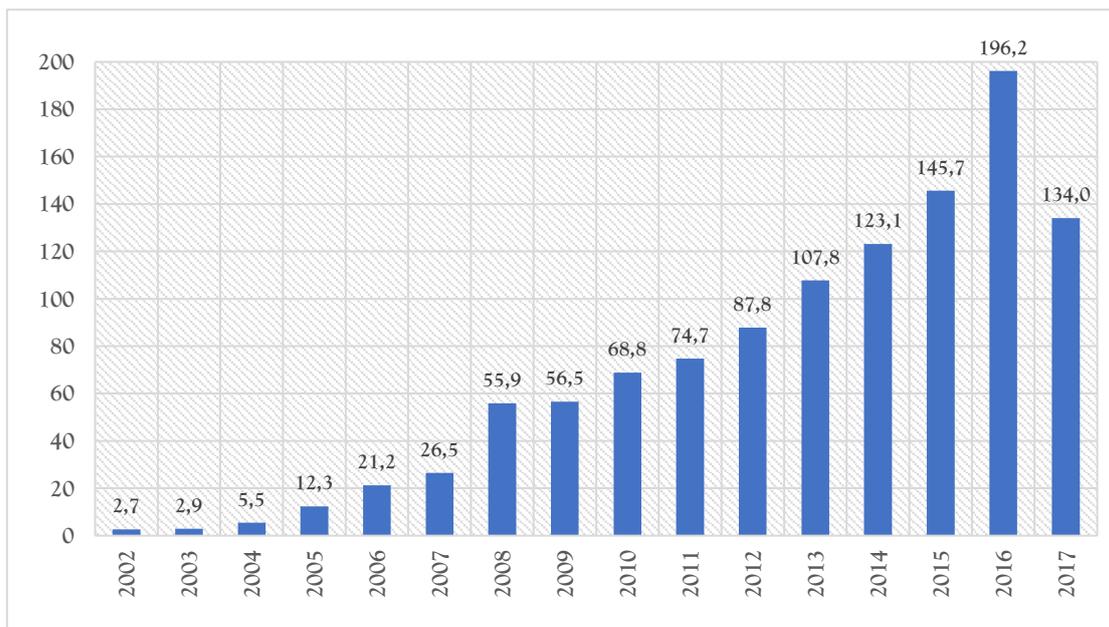
nesse processo, particularmente da indústria de petróleo e gás. Na primeira seção, busca-se situar o leitor do atual cenário do investimento direto chinês no mundo e no Brasil. Na seção seguinte, analisa-se a estratégia de internacionalização da China, ressaltando o papel de suas estatais. Ainda nesta seção, trata-se da entrada das companhias chinesas no Brasil. E, na última seção, realiza-se uma descrição das mudanças das estatais de petróleo chinesas e sua forma de ingresso no mercado de petróleo e gás natural brasileiro. Por fim, seguem as conclusões.

2. O investimento direto chinês no mundo e no Brasil

O investimento direto chinês no mundo se caracterizou num fenômeno relativamente novo, e o seu estoque total ainda não alcançou um patamar similar ao de outras economias industrializadas (China 2,3%, Japão 4,5%, Estados Unidos 22%) (GARCIA-HERRERO; XIA; CASANOVA, 2015). No entanto, Cintra e Pinto (2017) ressaltam que o investimento direto chinês no mundo cresceu mais de 26 vezes entre 2000 e 2014, saindo de US\$ 27,8 bilhões para US\$ 730 bilhões.

Em termos de fluxos, os dados apresentados pelo relatório da Ernst & Young (EY) mostram que o IED chinês se expandiu ininterruptamente entre 2002 e 2016. Nesse período, os fluxos de investimento aumentaram mais de 72 vezes, saltando de míseros US\$ 2,7 bilhões para US\$ 196,2 bilhões (ver Gráfico 1) (EY, 2018).

Gráfico 1 – Fluxos de investimento direto chinês no exterior (2002-2017, em US\$ bilhões)



Fonte: EY (2018). Elaboração dos autores.

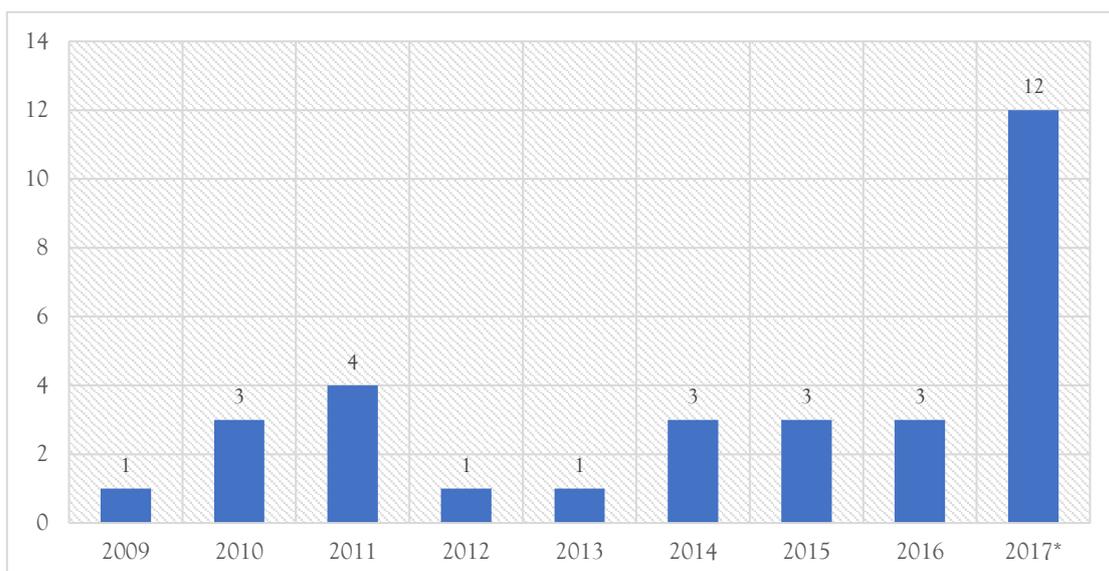
Apesar do aumento consistente nas últimas duas décadas, a partir de 2012 tais investimentos cresceram de forma mais acelerada. O aumento dos fluxos foi superior a US\$ 100 bilhões (saltou de US\$ 87,8 bilhões em 2012 para US\$ 196,2 bilhões em 2016).

Esse desempenho fez com que os fluxos de investimentos diretos chineses no exterior, que em 2002 representavam somente 0,5% dos fluxos globais, passassem a significar 13,5% em 2016. A queda ocorrida em 2017, além de acompanhar a tendência de otimização do setor produtivo do país, teve forte relação com a reconcentração espacial dos IEDs da China a partir da implementação do projeto *Um Cinturão, Uma Rota (One Belt, One Road - B&R)*. O projeto iniciado em 2013 definiu como prioridade a integração econômica da China com o continente africano, a região europeia do mediterrâneo e, especialmente, a própria Ásia.

Ou seja, o deslocamento espacial dos investimentos para a Ásia Central explicou parte da queda de US\$ 60,2 bilhões do investimento direto chinês em todo mundo. Na América do Norte e na Europa, por exemplo, as fusões e aquisições das empresas chinesas caíram de US\$ 163,0 bilhões em 2016 para US\$ 68,3 bilhões em 2017. Na América do Sul, a redução foi de somente US\$ 1 bilhão (EY, 2018).

Dessa forma, a América do Sul e, particularmente, o Brasil mantiveram sua importância na estratégia de internacionalização chinesa. Nos últimos anos, e particularmente nos últimos meses, observou-se uma expressiva presença de firmas chinesas liderando processos de aquisição de ativos empresariais em setores distintos da economia brasileira (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação da China em fusões e aquisições no Brasil (2009-2016)



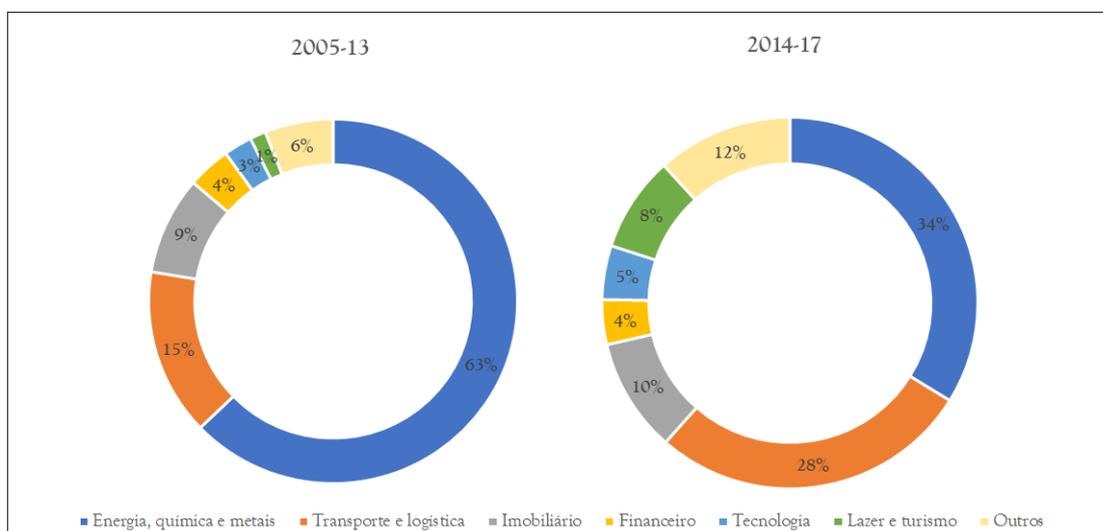
Fonte: Dealogic *apud* INVESTIMENTO... (2018). Elaboração dos autores.

O capital chinês foi o líder em aquisições em 2016 e em 2017 no país, chegando a representar 35% do valor gasto em aquisições no Brasil no acumulado do ano, ante 32% em 2016, ficando à frente até mesmo das compras com capital brasileiro. O capital chinês esteve presente em pelo menos 12% das companhias vendidas.

A estruturação do B&R em 2013 marcou uma nova fase do processo de inserção chinesa nas cadeias globais de produção após mais de uma década da política que ficou conhecida como *Going Global*. Na primeira fase, tal inserção privilegiou os setores de energia, químico, metais e de transporte. Entre 2005 e 2013, 63% dos investimentos diretos chineses no exterior se concentraram nessas áreas. Num segundo momento, a partir de 2014, observou-se uma diversificação significativa dos investimentos chineses no exterior.

Como mostra o Gráfico 3, a partir de 2014, o percentual dos segmentos mencionados acima (energia, metais e química) nos IEDs realizados pela China caiu para 34% e, em contrapartida, praticamente todos os demais setores ganharam participação. Transporte e logística (incluindo infraestrutura), tecnologia, bem como em turismo e lazer, que até 2013 representavam somente 19% dos investimentos chineses no exterior, desde 2014 foram responsáveis por 41%.

Gráfico 3 – Distribuição setorial do IED chinês (2005-2017, períodos selecionados)



Fonte: Cálculos dos autores a partir das informações de McCowage (2018). Elaboração dos autores.

Na visão de McCowage (2018), a internacionalização chinesa durante o período da política de *Going Global* foi liderada por empresas e países intensivos em recursos naturais. Foram realizados esforços para assegurar um conjunto extenso de bens essenciais ao desenvolvimento chinês no longo prazo por meio dos investimentos em minérios, metais e energia.

Posteriormente, a partir da implementação do B&R, houve uma expansão em termos de setores e tipo de empresas envolvidos no processo de internacionalização. Por um lado, as companhias privadas também passaram a ser impulsionadas para investir no exterior, principalmente em serviços, como lazer e turismo (McCOWAGE, 2018). Por outro lado, as estatais chinesas tiveram sua atuação em recursos naturais (alimentos, minérios e energia) preservada, mas também progressivamente realizaram negócios nas áreas de infraestrutura e transporte.

Essas informações revelam que houve um movimento de saída das empresas chinesas para o exterior, principalmente após lançamento da política que ficou conhecida como *Going Global* nos anos 2000.³ Nessa fase, os investimentos buscaram atingir mercados produtores de *commodities*, principalmente em setores estratégicos (energia, minérios etc.) para a manutenção do crescimento do consumo e da indústria chinesa. Progressivamente e mais intensamente após o B&R, estes também foram direcionados para os serviços e infraestrutura a fim de permitir que as firmas da China pudessem garantir rentabilidade e aumentar a conexão econômica em grandes mercados, principalmente, mas não só aqueles do seu entorno.

Seja por uma razão ou por outra, o Brasil se tornou um local estratégico para os chineses. A abundância na oferta de *commodities* (minério de ferro e soja) e de energia (petróleo e renováveis) bem como a existência de um mercado consumidor gigantesco e carências em infraestrutura foram alguns dos fatores que explicaram a importância do país para o IED chinês.

Um trabalho Avendano, Melguizo e Miner (2017) sugere que, se ativos estratégicos nos setores de infraestrutura e energia já atraíam as empresas chinesas, a vulnerável situação econômica dos últimos dois anos fez com que fossem acelerados os investimentos do gigante asiático no Brasil.

Várias fusões e aquisições foram realizadas nesse período, de acordo com o Boletim Bimestral sobre Investimentos Chinês, do Ministério do Planejamento. Em

³ Embora o crescimento seja mais recente, a estratégia chinesa de internacionalização de suas companhias foi resultado de um planejamento de longo prazo. Como mostraram Cintra e Pinto (2017, p. 394), esse processo se iniciou ainda no final dos anos 1990 tendo o Estado como forte articulador: “A internacionalização chinesa teve sua origem no programa governamental “Going Global”, estabelecido pelo 16º Congresso do Partido Comunista em 1999, que delineava quatro grandes objetivos: i) aumentar o investimento direto chinês no exterior por meio da descentralização e relaxamento das autorizações para saída das corporações; ii) melhorar o nível e a qualidade dos projetos; iii) reduzir os controles de capital e criar novos canais de financiamento; e iv) integrar a política de internacionalização das companhias chinesas com outras políticas existentes para o setor externo, buscando promover o reconhecimento das marcas dessas empresas. (...) É preciso observar que a internacionalização da China foi e é fortemente comandada por seu Estado que buscou fortalecer suas estratégias de desenvolvimento.” Esse tema é abordado com mais detalhes na seção 3.

2017, a HNA comprou fatia da Odebrecht no aeroporto do Galeão e, no mesmo ano, a Pacific Hydro Brasil foi vendida para a chinesa Spic. No início de 2018, entre outras aquisições, a 99taxi foi comercializada com a DiDi Changing e o Fosun Group anunciou a compra de 80% da Guide Investimentos.⁴

A dimensão dessas operações, além daquelas que envolveram investimento novo (*greenfield*), não apareceu totalmente nas estatísticas do IED chinês no Brasil por conta do efeito da deslocalização de investimento (*offshoring*).⁵ Uma boa parte das firmas chinesas opera a partir de alguns paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Hong Kong, e até Países Baixos e Luxemburgo, e suas operações são contabilizadas como originárias daquelas localidades.

Com base em metodologia proposta por Garcia-Herrero, Xia e Casanova (2015), Puty (2018) fez um teste dos dados de IED chinês – comparando seus dados de investimento em paraísos fiscais e similares com os de entrepostos no Brasil. Os cálculos realizados por Puty (2018), a partir da fatia que coube ao nosso país nos fluxos anuais de investimento chinês (ente 0,12% e 0,22% do total), estimaram o investimento chinês disfarçado de investimento das ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Países Baixos, Luxemburgo e Cingapura. Posteriormente, foi adicionado todo o investimento de Hong Kong como investimento direto da China. Os resultados dessas estimativas corrigidas pelo *offshoring* seriam, ainda assim, bastante inferiores aos de estudos baseados nos anúncios de investimento, como acima mencionados.

Os investimentos chineses estariam ao redor de US\$ 24,6 bilhões, praticamente a metade do estimado pelos autores acima mencionados e daqueles apresentados no trabalho Avendano, Melguizo e Miner (2018).

No entanto, sob qualquer estimativa, o investimento direto de origem chinesa apresentou um crescimento significativo. Ainda que longe de concorrer com os fluxos do capital de origem estadunidense (valores acima de US\$ 100 bi no período, excluindo reinvestimento de lucros), o IED chinês já se estabeleceu num

⁴ No anexo, o Quadro 1 apresenta as principais fusões e aquisições chinesas no Brasil desde 2005.

⁵ Esse problema se expressa nas estatísticas de diferentes fontes oriundas do próprio governo brasileiro. Enquanto o Banco Central apresenta dados de investimento do país imediato a partir de registros oficiais de entrada de investimento, o Ministério do Planejamento divulga dados através de uma compilação de fontes distintas, inclusive anúncios na imprensa. Nesse sentido, os dados do Banco Central apresentam fluxos acumulados de investimento direto chinês de apenas US\$3,65 bilhões entre 2003 e 2018 (janeiro). O Boletim estatístico conjunto do Ministério do Comércio, National Bureau of Statistics e *State Administration of Foreign Assets* da China e o Bilateral FDI Statistics da UNCTAD apontam números similares, mas não totalmente coincidentes aos do Banco Central brasileiro. Já o Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil do Ministério do Planejamento estima investimentos anunciados de cerca de US\$125,7 bilhões para o mesmo período, sendo US\$54,1 bilhões confirmados, o que faria da China o segundo maior investidor direto no país no período.

patamar próximo de países como a Espanha, Japão e França em 2016. No caso brasileiro não foi diferente, os chineses além de serem nossos maiores parceiros comerciais já se posicionaram com um dos principais investidores no Brasil.

Como observado no início dessa seção, o processo de internacionalização da China por meio do investimento direto teve (e tem) uma dimensão estatal central. Os projetos *Going Global* e B&R nortearam a internacionalização chinesa desde o início dos anos 2000, tanto em termos de direcionamento espacial e setorial, como de volume dos investimentos. No entanto, um elemento fundamental para o sucesso desse projeto esteve (e está) no envolvimento das empresas estatais. Cintra e Pinto (2017) ressaltam que um dos eixos da internacionalização das companhias chinesas foi a garantia de “acesso às fontes de recursos naturais por meio de uma política agressiva de investimentos externos liderados por grandes estatais”. Esse é o tema da próxima seção, com um olhar mais atento à inserção chinesa no Brasil.

3. A estratégia de internacionalização e o papel das empresas estatais no exterior: um olhar para o caso brasileiro

O processo de internacionalização da economia chinesa ganhou força a partir de 2002. Naquele ano, o 16º Congresso do Partido Comunista formulou o programa *Going Global* que, a partir de cinco grandes objetivos, guiou o processo de investimento da China no exterior.

O primeiro foi alterar o padrão de intervenção do Estado chinês a fim de assumir uma posição de maior regulação do sistema, ao invés de controlar diretamente a distribuição setorial/espacial dos IEDs realizados pelo país. O segundo pretendeu descentralizar e relaxar as concessões de autorização para saída das empresas chinesas. O terceiro teve como meta ampliar os incentivos para a internacionalização das companhias e eliminar as barreiras de saída ao investimento. O quarto esteve relacionado à redução dos controles de capital e à criação de novos canais de financiamento dos investimentos realizados no exterior. O último visou unir a política de internacionalização das firmas chinesas com outras políticas existentes para o setor externo, como forma de acelerar o processo de integração com países onde a China já havia estabelecido relações comerciais ou de política externa.

A fim de alcançar esses objetivos, o governo chinês redefiniu regras e procedimentos ligados à internacionalização de suas empresas.

Em 2002, o *State Administration of Foreign Exchange* (SAFE) liberou os investimentos estrangeiros a partir de 14 localidades chinesas. Desse ano em diante a obrigatoriedade de se remeter lucros para o país cessou, pelo menos para as

empresas baseadas em tais localidades, permitindo aos investidores reinvestir seus lucros no exterior.

Em 2004, com o lançamento de um documento intitulado *Decision of the State Council on Reforming the Investment System*, e uma circular da SAFE *Guidelines for Investments in Overseas Countries Industries* nº 1, foram estabelecidas novas diretrizes e medidas de apoio a internacionalização, que incluíram a reformulação do sistema de exame e aprovação de projetos, ampliação dos canais de financiamento, simplificação e regulamentação dos procedimentos administrativos, entre outros (ACIOLY; LEÃO, 2011).

Em 2005, as unidades descentralizadas do SAFE também foram autorizadas a liberalizar os investimentos que envolvessem montantes de até U\$10 milhões. Neste mesmo ano, as vantagens restritas às 14 localidades foram estendidas para todo o país.

Em 2006, as duas medidas principais anunciadas pela SAFE em prol da internacionalização foram as seguintes: as companhias não mais necessitariam apresentar pedido de autorização para investirem no exterior, informando as fontes de financiamento utilizadas; e as remessas só precisariam ser informadas posteriormente e não antes para sua aprovação (ACIOLY; LEÃO, 2011).

Em 2007, aproveitando-se do aumento de suas reservas internacionais, o governo chinês criou um fundo soberano, com aporte de US\$ 200 bilhões, que impulsionou os investimentos chineses no exterior mediante uma agressiva estratégia de compra de ativos. Naquele mesmo ano, foram usados US\$ 3 bilhões do fundo para comprar quase 10% das ações do fundo de *private equity* Blackstone, um dos mais agressivos dos Estados Unidos, dono de companhias como a rede de hotéis Hilton e a Deutsche Telekom. Essa iniciativa sinalizou também uma estratégia de aumentar a participação chinesa em companhias ocidentais.

Com relação a simplificação de procedimentos administrativos, foram divulgados nesse período dois documentos: o *Interim Measures for the Approval of the Overseas Investment Projects* lançado pelo *National Development and Reform Commission of China* (NDRC), e o *Provisions on the Examination and Approval of Investment to Run Enterprises Abroad*, lançado pelo Ministério do Comércio. Dentre as mudanças pretendidas, destacaram-se a descentralização dos procedimentos de aprovação, a simplificação dos procedimentos burocráticos e a autorização para que outros documentos e regulamentos pudessem ser disponibilizados via internet.

Além disso, em 2009, publicou-se o *Guidelines for Overseas Investment by Chinese Companies*, no qual foi apresentada uma primeira lista com 20 países

prioritários para receber investimentos chineses, dispondo de várias informações e instrumentos de apoio (ACIOLY; LEÃO, 2011).

Essas mudanças de caráter institucional e regulatório apoiaram a inserção das empresas chinesas no exterior, principalmente em segmentos associados às demandas internas, tais como *commodities* e energia. Após essa primeira grande fase, a internacionalização da China ganhou uma nova dimensão com a estruturação do projeto B&R.

Tal projeto reuniu um ambicioso programa de desenvolvimento de infraestrutura regional e integração econômica com as regiões africana, europeia (principalmente no mediterrâneo) e, em especial, asiática no longo prazo. “No conjunto, buscam interligar a China com o Mediterrâneo, passando pelo Golfo Pérsico, mas se estendendo também do Sul e Sudeste Asiático à Ásia Central e à Rússia” (HIRATUKA, 2018, p. 6).

O B&R foi oficialmente anunciado por Xi Jinping, em 2015, mas sua concepção foi pensada em 2013. Esse projeto se tornou o grande norteador da internacionalização chinesa a partir de meados da atual década. A concepção do B&R combinou elementos de política externa, econômica e comercial para organizar as ações das companhias chinesas no exterior, num cenário de crescimento econômico mais baixo do gigante asiático.⁶ D’Atri (2017) descreve algumas das principais medidas econômicas e diplomáticas que contemplam esse projeto:

a China vem desenvolvendo uma nova estrutura de financiamento, com três destaques: o Silk Road Fund, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, superando US\$ 250 bilhões em capital disponível. (...) Xi Jinping ainda afirmou recentemente que, entre 2014 e 2016, mais de US\$ 50 bilhões já foram aportados nos países que fazem parte da iniciativa. (...) Do ponto de vista geopolítico, os avanços desses últimos anos

⁶ “A ideia do B&R se refere à antiga Rota da Seda terrestre, que liga a China à Ásia Central e à Europa. Ao total são 6 corredores principais: Ponte da nova Eurásia (do oeste da China para oeste da Rússia), China-Mongólia- Rússia (do noroeste da China para o sudeste da Rússia), China-Ásia Central-Ásia Ocidental (do oeste da China para a Turquia), China-Península Indochina (do sudoeste da China para Singapura), Bangladesh-China-Índia-Myanmar (do sudoeste da China para a Índia), China Paquistão (do oeste/ sul da China para o Paquistão). E [também] à rota marítima, a nova rota da seda, da China através do Sudeste Asiático para o Oceano Índico, chegando ao Mediterrâneo. Recentemente, houve um maior detalhamento de 3 rotas: China-Oceano Índico-África-Mediterrâneo, China-Oceania-Sul do Pacífico e ChinaEuropa-Oceano Ártico. Com objetivos múltiplos, como o fortalecimento da diplomacia econômica, a abertura e promoção do comércio e a estratégia de desenvolvimento interno, há 68 países envolvidos até agora (não se restringindo aos limites geográficos dessas rotas) em 270 projetos concretos, que somam aproximadamente US\$ 900 bilhões” (D’ATRI, 2017, p. 1-2). No caso da América Latina, a ideia a priori seria uma integração econômica seria por meio do pacífico, no entanto, as mudanças geopolíticas envolvendo vários países da região, entre elas a própria descoberta do pré-sal, tem transformado um pouco essa lógica. A conexão entre as duas regiões também tem se dado pelo oceano atlântico.

são evidentes, especialmente quando se consideram as iniciativas diplomáticas com os vizinhos e os projetos já existentes. Primeiramente, a China vem buscando atender suas necessidades estratégicas de fornecimento de suprimentos e estabelecendo acesso ao mar, do lado ocidental. De fato, o relativo vazio deixado pela Rússia na Ásia Central (Cazaquistão, Turquemenistão, Tajiquistão e Quirguistão) abriu espaço para diversos investimentos na região, com foco no setor de petróleo e gás. (...) Somado a isso, reforçando as relações com o Paquistão, destaca-se o projeto do corredor ligando Kashgar, na China, ao porto de Gwadar, no Paquistão (operado pela empresa chinesa China Overseas Port Holding Company). (...) Na Ásia Oriental, vários projetos de trens de alta velocidade já foram desenhados, ligando a China ao Laos e à Tailândia (D'ATRI, 2017, p. 2).

A influência dos investimentos em termos espaciais (sobretudo, no âmbito dos seus vizinhos asiáticos, além de países africanos e europeus) e setoriais (principalmente infraestrutura, alguns serviços e energia) não significou uma nova restrição ao investimento direto chinês no exterior. Pelo contrário, assim como ocorreu com o *Going Global*, o governo chinês estipulou novas regras administrativas para facilitar a saída dos investimentos, desde o lançamento do B&R.

Uma das mais importantes mudanças foi a revisão do documento *Measures for Foreign Investment Management*, em setembro de 2014, que alterou o sistema de aprovação dos investimentos. Tal sistema foi substituído por um de registro e arquivamento, ou seja, transformou-se o caráter de avaliação dos investimentos, que deixou de ser um regime de aprovação de investimento para um de registro, o que significou mais um degrau de liberalização do capital chinês no exterior. Além disso, foram adotadas medidas para simplificar os procedimentos administrativos relacionados aos IEDs chineses (DU; ZHANG, 2018).

Com efeito, as medidas administrativas para facilitar e liberalizar a saída dos investimentos foram reforçadas, contudo, o governo chinês no B&R não abriu mão de executar políticas específicas (financeiras, fiscais, diplomáticas etc.) de apoio para atuação das empresas em determinados setores e regiões.

Como destaca Hiratuka (2018), as conexões que os chineses buscaram criar com as regiões prioritárias do projeto B&R foram as mesmas que sustentaram as relações com a América Latina:

Embora grande parte das atenções da B&R tenha focado nas interconexões com a Ásia, Europa e África, a AL [América Latina] não foi deixada de lado. Em grande medida, a evolução da política externa chinesa em relação à AL e sua evolução refletem o mesmo pano de fundo mais geral. (...) No início de 2015, a China recebeu o primeiro Fórum China-CELAC, onde foi aprovado o plano de cooperação China-LAC 2015-2019 e a China prometeu aumentar o

comércio com a AL para US \$ 500 bilhões e investir mais de US \$ 250 bilhões até 2025 [em diferentes áreas]. (...) Á área de infraestrutura destaca o objetivo de promover a cooperação em transportes, portos, estradas e instalações de armazenamento, (...) energia e eletricidade (...). A área de energia e recursos naturais destaca as possibilidades de cooperação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no uso sustentável de recursos naturais, cooperação e inversão em eletricidade, incluindo geração elétrica, transmissão elétrica de alta tensão, planejamento e desenvolvimento de recursos hídricos, biomassa e energia solar, geotérmica e eólica (HIRATUKA, 2018, p. 14-15).

Com efeito, o padrão dos investimentos na América Latina e no Brasil seguiu de certa forma a estratégia mais geral chinesa de inserção na economia global.

Ao longo da implementação dos dois projetos (*Going Global* e o B&R), a despeito da crescente importância dada às companhias privadas, as estatais chinesas foram um dos principais instrumentos para executar as diretrizes estabelecidas.⁷ Não pôr o acaso, na primeira fase da internacionalização chinesa (*Going Global*), as estatais do país cumpriram um papel importante ao direcionar seus investimentos para países institucionalmente mais frágeis – o que contraria a literatura convencional – porém intensivos em recursos naturais e com amplas oportunidades de rentabilidade (HE; XIE; ZHU, 2015). Na segunda fase, sob a égide do B&R, embora espaços para a atuação das companhias privadas tivessem sido abertos, as estatais continuaram dominando os investimentos estrangeiros chineses.

De acordo com He, Xie e Zhu (2015), o uso das estatais para o processo de internacionalização não teve apenas relação com os aspectos econômicos, mas também de política externa. A fim de fortalecer relações com determinados países, o governo chinês lançou mão de suas estatais não somente para ampliar seus negócios, mas também estender laços diplomáticos.

Por essa razão, as estatais obtiveram medidas preferenciais importantes. Em primeiro lugar, houve um tratamento diferenciado em termos de empréstimos bancários a juros mais baixos e acesso ao mercado financeiro a fim de impulsionar seus IEDs (HE; XIE; ZHU, 2015). Em segundo lugar, a partir do 13º Plano Quinquenal (2015), quando o governo chinês estabeleceu como objetivo o engajamento internacional das suas empresas estatais, adotaram-se medidas similares de seus concorrentes capitalistas, “no que diz respeito à conquista de mercados, recursos tecnológicos e organizacionais. A abertura de capitais das estatais

⁷ No sistema chinês, entretanto, o controle direto do governo sobre as empresas não se caracterizou na única medida de influência estatal. O capitalismo de Estado chinês promoveu um sistema pelo qual a influência de Pequim envolve uma grande quantidade de instrumentos, como o financiamento, conexões políticas e controle tácito de empresas estatais e privadas.

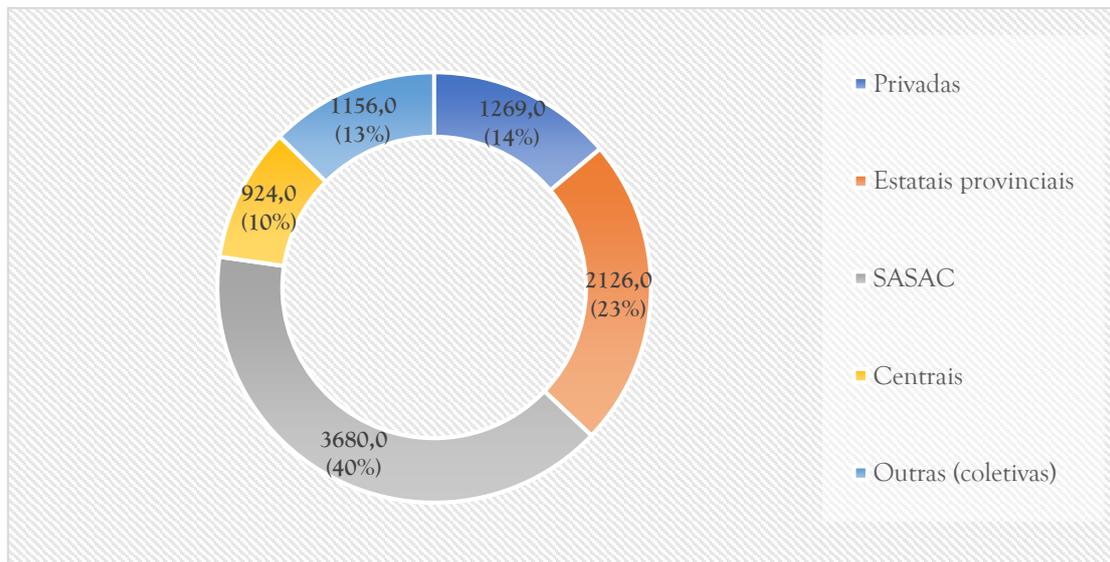
com listagem nas bolsas de valores tem também esse objetivo de submeter estas empresas à busca de eficiência capitalista” (ROMANO, 2017, p. 96).

Durante algum tempo a literatura ocidente acreditou que à abertura da economia chinesa corresponderia a perda de importância do capital estatal no modelo chinês. Ao contrário dessa crença, observou-se uma participação relevante das estatais chinesas no seu processo de internacionalização.

O National Bureau of Statistics (NBS) da China categoriza, por exemplo, as empresas entre públicas, de responsabilidade limitada, privadas, dentre outras. Em 2016, cerca de 27% do investimento em capital fixo teria sido realizado por empresas puramente estatais e mais de 33% do investimento teria ficado a cargo das companhias limitadas (NBS, 2016). Ou seja, as firmas não privadas responderam por cerca de 60% do todo o investimento chinês.

Como se observa no Gráfico 4, as empresas centrais controladas pela SASAC foram os maiores grupos empresariais chineses por faturamento.⁸

Gráfico 4 – Faturamento das 500 maiores firmas chinesas por tipo de propriedade (2013, em US\$ bilhões)



Fonte: National Bureau of Statistics (2016). Elaboração dos autores.

No caso da América Latina, segundo Hiratuka (2018), as estatais também foram centrais para a internacionalização chinesa na região. Entre 2003 e 2016, a

⁸ As múltiplas firmas estatais chinesas são divididas entre aquelas centrais diretamente controladas pela Agência de Supervisão e Administração dos Ativos Estatais (*The State-owned Assets Supervision and Administration Commission - SASAC*) vinculada ao Conselho de Estado (cerca de 106 empresas em 2016), as outras centrais nacionais e as provinciais.

participação desse tipo de empresa nos investimentos diretos chineses para os países latino-americanos alcançou 72,4%.

No Brasil, a partir de dados do American Enterprise Institute (2018) e da NDRC, 96% dos investimentos realizados entre 2003 e 2007 contaram com a participação direta de estatais chinesas. Foram pelo menos 52 empresas que investiram no Brasil ao longo desse período, sendo 46 públicas e limitadas (coletivas ou não) com participação estatal majoritária dentre os acionistas (como a ZTE e Lenovo) e, em nossas estimativas, seis privadas (Sany, BYD, China Molybdenum, Shanghai Pengxin, Didi Chuxing e HNA).

A China promoveu em diversos países com os quais estabelece relações comerciais e produtiva significativos acordos de colheita precoce (*Early Harvest Scheme*⁹), inicialmente vinculados a acordos de livre comércio e depois aos investimentos diretos. Em 2015, o Brasil celebrou um desses acordos que, na verdade, incluía uma lista de investimentos prioritários chineses no país.

A participação do IED por setor econômico também permite fazer observações interessantes. Seguindo as diretrizes do *Going Global*, a entrada do país asiático no Brasil se deu fundamentalmente no setor de energia (petróleo e gás, energia hidroelétrica e alternativas representaram 72%), sendo o de energia elétrica responsável por 46% e o de petróleo e gás por 26%. Estes mesmos setores corresponderam às áreas de maior intervenção estatal, nas quais todas empresas que investiram, com exceção da BYD, estavam sob a coordenação direta da SASAC. Mais recentemente, a infraestrutura e a logística brasileiras passaram a dispor de capital chinês entre os seus investidores.

Entre os empreendimentos-chave realizados pelas companhias chinesas no segmento de energia elétrica estiveram a aquisição de sete plantas de geração de energia, a compra da subsidiária Iberdola no Brasil e o desenvolvimento de infraestrutura do setor hidroelétrico pelas empresas State Grid e Sinhydro.¹⁰ Na infraestrutura e logística, a atuação da HNA chamou a atenção devido à sua entrada

⁹ Esse programa mostra a força das empresas estatais para as relações econômicas internacionais da China. Entre as 25 empresas participantes, somente três são privadas, enquanto 22 são estatais ou controladas pelo Estado.

¹⁰ “Em 2010, a State Grid anunciou um investimento de, aproximadamente, US\$ 990 milhões na empresa Plena Transmissoras, no Brasil. Sua presença no setor elétrico brasileiro desde então se ampliou consideravelmente. Em 2015, em consórcio com Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), foi vencedora, com participação de 51%, do leilão para construção da linha que escoará energia da usina de Belo Monte. Em 2017, empresas chinesas, como State Grid e China Three Gorges (CTGC), manifestaram interesse em adquirir Belo Monte, reforçando a expressiva e massiva presença de empresas chinesas no setor elétrico brasileiro. Em 2016, ocorreu acordo entre a empresa brasileira Furnas, controlada pela Eletrobrás, para construção e operação, no Pará, da Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (UHE Tapajós)” (WEGNER, 2018, p. 8).

nos ramos de transporte aéreo (compra da participações na Azul Linhas Aéreas) e de construção (compra de 60% da Oderbrecht).

Na indústria de petróleo e gás, como é tratado a seguir, as estatais chinesas já adquiriram vários blocos de exploração e produção, investiram nas indústrias de fornecedores, compraram participações em companhias do setor petroquímico e de distribuição bem como já demonstraram interesse em ingressar no refino. Isso foi explicado, em grande medida, pelos recentes avanços da indústria de petróleo e gás no Brasil (descoberta do pré-sal, ampla demanda para bens de capital, grande mercado interno de derivados entre outros) e pelas transformações da indústria petrolífera global. Como mencionado, parte significativa do IED chinês se direcionou para esse setor.

A exemplo desta seção, na seguinte é feita uma descrição do processo de internacionalização das estatais chinesas de petróleo – ao longo do *Going Global* e do B&R – e a sua atuação no mercado brasileiro, principalmente após as descobertas do pré-sal.

4. A internacionalização das estatais de petróleo da China: um enfoque da inserção no mercado latino-americano e brasileiro

4.1. As reformas recentes das estatais de petróleo e o estímulo à internacionalização

A partir de 1998, com a dissolução do Ministério de Indústria Energética, houve uma separação da gestão das petrolíferas chinesas – China National Petroleum Company (CNPC) e a China Petrochemical Corporation (Sinopec) – e das atividades ministeriais. Até desse período, ambas estatais participavam do desenho e formulação de políticas públicas, como as regulatórias, além da administração de outras firmas de petróleo. Apenas a estatal China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), detentora do monopólio da exploração e produção no mar, não participou dessa dinâmica, preservando sua posição de se dedicar às atividades *offshore*.¹¹

A partir dessa alteração, as empresas de petróleo ganharam, por um lado, maior autonomia administrativa e, por outro, perderam as atribuições de atividades ministeriais. Além disso, foi criada uma agência (State Power Company) que assumiu as funções de regulação e formulação de políticas públicas. Por fim, ainda em 1998, o Ministério de Indústria Energética teve parte de suas atribuições

¹¹ A expressão inglesa *offshore* “significa ultramar, e também é aplicada para denominar categorias de embarcação marítima e uma técnica de extração de petróleo em águas profundas.” (O QUE..., 2005).

direcionadas ao State Power Company e o restante foi incorporado ao recém-criado Ministério de Terras e Recursos Naturais (Ministry of Land and Resources – MLR).

O MLR recebeu a responsabilidade de planejar, administrar e proteger o uso dos recursos naturais nacionais, sejam eles minerais, marinhos e até a terra. Com isso, a definição estratégica do setor petróleo passou a ser pensada numa visão mais ampla de gestão do uso dos recursos naturais essenciais para a China dada sua elevada taxa de crescimento econômico. Ou seja, com essa mudança, esperava-se que fosse centralizada a formulação e gestão de recursos naturais de energia, alimentos e minérios, todos essenciais para a demanda chinesa (LIAO, 2015).

Nesse novo ambiente, as estatais de petróleo tiveram uma maior liberdade para atuação e, do ponto de vista estratégico, concentraram-se na segurança energética e na manutenção da soberania nacional. Do ponto de vista da gestão, a CNPC e a Sinopec foram reestruturadas, tornando-se verticalmente integradas incorporando as atividades de *upstream* e *downstream*.

Essas mudanças, além de permitir maior flexibilidade à gestão das empresas, tiveram como finalidade promover uma maior concorrência entre as petrolíferas estatais, expandir a capacidade destas de contrabalançar perdas intrasetoriais¹² em função das oscilações de preços e da demanda de petróleo e, a partir de uma seleção das “melhores” companhias, criar campeões nacionais capazes de competir internacionalmente (LIAO, 2015).

No entanto, como novos *players* não foram introduzidos no mercado, o monopólio estatal *de facto* se manteve na exploração e produção, no refino e na distribuição com essas três empresas até 2003. Na nova configuração, as atividades ficaram concentradas, principalmente, da seguinte forma: a CNPC controlou as atividades *downstream* no norte do país (acima do rio Yangtzé), a Sinopec ficou responsável pelas atividades *downstream* no sul do país (abaixo do rio Yangtzé) e a CNOOC conservou seu papel de empresa *offshore* do país.

A reforma institucional ocorrida em 2003, que resultou na criação do NDRC e do SASAC, impôs uma nova dinâmica na administração das estatais chinesas, inclusive do setor petróleo. Esses dois órgãos, respectivamente, passaram a ter a incumbência de i) aprovar os investimentos das estatais nacionalmente e no exterior e ii) gerir as empresas ligadas ao governo central, inclusive administrar os

¹² No setor petróleo, a oscilação dos preços internacionais do barril tem impactos intrasetoriais diferenciados. Enquanto um aumento de preço tende a melhorar a rentabilidade do segmento de exploração e produção, a queda de preço tem impactos menos deletérios no segmento de refino e distribuição. Dessa forma, a atuação integrada das petrolíferas pode atenuar os efeitos negativos das mudanças de preço de um determinado segmento, em função da maior rentabilidade de outro.

ativos e as responsabilidades do capital estatal nas companhias. Em 2005, a fim de fortalecer a supervisão do setor petróleo foi criado um Grupo Nacional de Liderança Energética sob a supervisão do primeiro-ministro Wen Jiabao (LIAO, 2015).

Com efeito, preservou-se a autonomia da gestão das empresas, mas aperfeiçoaram-se os mecanismos de regulação, supervisão das petrolíferas e de articulação dos investimentos, inclusive no exterior. Entre as atividades do Grupo Nacional de Liderança Energética, designou-se uma diretriz de cooperação internacional com as estatais de petróleo.

Sob esse novo arcabouço institucional e regulatório, adotaram-se medidas na última década a fim de aumentar a competitividade do setor e potencializar as ações das estatais, dentre as quais: i) a quebra da lógica de atuação regional das petrolíferas estatais, efetivando a entrada da CNPC e da Sinopec no segmento de exploração e produção; ii) a abertura do mercado de varejo de derivados para petrolíferas estrangeiras e; iii) a busca de parcerias para atuação no exterior. Isso, porém, não significou uma perda da influência do Estado Nacional das petrolíferas, muito pelo contrário, como aponta Liao (2015):

Novamente, a maior parte das ações ficou como propriedade do governo chinês, bem como as Corporações Nacionais de Petróleo (National Oil Corporation – NOC) não se tornaram companhias comerciais listadas internacionalmente. As NOCs ficaram responsáveis para assegurar a oferta estável de petróleo e, em contrapartida, o governo protegeria as NOCs da competição das empresas privadas por meio de leis e regulações, bem como declarou nos termos de adesão da Organização Mundial de Comércio (OMC) que a indústria de petróleo seria crucial para os interesses nacionais da China (...). Beijing se estabeleceu como a autoridade final das NOCs por intermédio do controle da maior parte das ações e das indicações das suas lideranças. Os CEOs dessas empresas têm acessado as posições importantes não apenas por suas avaliações nas companhias, como também na atuação dos interesses do Partido Comunista Chinês (PCC) (LIAO, 2015, p. 51, tradução dos autores).

Ademais, o monopólio de mercado permaneceu como um instrumento de gestão das petrolíferas estatais. Até o começo da década de 2010, a PetroChina (subsidiária da CNPC) e a Sinopec detinham mais de 80% da produção nacional de petróleo cru e cerca de 75% da produção de derivados de petróleo.

Em suma, o governo chinês preservou o caráter estratégico das empresas estatais de petróleo, principalmente em relação à segurança energética e soberania nacional bem como manteve a propriedade majoritária das ações da empresa. Contudo, a autonomia da gestão foi reforçada e medidas para aumentar a competitividade das petrolíferas foram tomadas, entre elas a internacionalização das

estatais chinesas em diferentes segmentos da indústria petrolífera e de seus fornecedores (exploração e produção, refino, distribuição e logística).

Na realidade, a ação recente das estatais de petróleo (e energia) no exterior se inseriu numa espécie de “longa transição energética” chinesa. Três grandes diretrizes guiaram esse movimento: i) a redução da intensidade energética em um total de 15% entre 2016 e 2020, ii) a ampliação da utilização de fontes de energias renováveis e iii) a redução da dependência do carvão no curto prazo (LEÃO, 2018b).

O lançamento do 12º Plano quinquenal de desenvolvimento energético da China em 2013, por exemplo, avançou nos incentivos a diferentes usos de fontes energéticas na China e estabeleceu metas para a emissão de gases do efeito estufa (YUAN et al., 2014). Além disso, o Plano apontou para metas de redução do consumo de energia e aumento da eficiência energética.

Nesse processo de “longa transição energética”, o petróleo e o gás natural adquiriram uma função de destaque, uma vez que se consolidaram com uma espécie de fonte energética intermediária entre o carvão e os renováveis. Primeiro, porque o petróleo e o gás são menos poluentes que o carvão, segundo, porque são utilizados como insumos para um conjunto amplo de bens com produção em massa e, terceiro, em razão da sua escala global de oferta e demanda (LEÃO, 2018b). Nos últimos anos, inclusive, a perda de espaço do carvão na matriz energética chinesa tem sido ocupada, majoritariamente, pelo petróleo e o gás natural, a despeito do esforço realizado para o uso de fontes mais limpas e renováveis.¹³

Do ponto de vista externo, o projeto B&R incorporou algumas das ações de transição energética na estratégia de internacionalização em função das contínuas e aceleradas transformações da indústria petrolífera global, marcada principalmente por um grau cada vez maior de incerteza e instabilidade. Isso se expressa, entre outros fatores, na alta volatilidade dos preços do petróleo¹⁴, na alocação crescente de recursos em projetos intensivos em energia de baixo custo (como o gás de xisto) e nas tensões geopolíticas típicas não apenas das regiões produtoras de petróleo, mas

¹³ Entre 2008 e 2016, a contribuição do carvão no consumo energético da China caiu de 72,2% para 61,8%. Um esforço de redução acentuado se considerarmos que, no mesmo período, a China ampliou seu consumo de energia em quase 50%. O menor uso do carvão foi substituído, em grande medida, pelas energias renováveis, hidrelétrica, petróleo e o gás natural. O gás natural foi quem apresentou a maior expansão dentre todas as fontes de energias consumidas na China, logo a frente da energia hidrelétrica, tendo sua participação saltando de 3,4% em 2008 para 6,2% em 2016. Somando o petróleo, a evolução foi de 20,4% para 25,2% no mesmo período (LEÃO, 2018b).

¹⁴ Depois da Grande Depressão de 1929, os preços do petróleo ficaram estagnados durante praticamente quatro décadas em termos nominais, observando somente um pequeno aumento no final dos anos 1940. A partir da primeira crise do petróleo, em 1973, os preços começaram a sofrer uma profunda instabilidade que tem se acentuado nos últimos meses em razão das mudanças do mercado de petróleo, em termos de distribuição de reservas, tensões geopolíticas, ascensão da produção americana entre outros.

também da própria reorientação geográfica da indústria do petróleo provocada pelas novas descobertas principalmente no continente americano.

Na realidade, a incerteza e instabilidade impulsionaram as grandes operadoras de petróleo globais a buscarem projetos de maior rentabilidade e de maturação mais rápida dos investimentos. Como afirma o diretor executivo da BP, Bob Dudley, ao comentar a desistência da BP de um projeto em Angola, “é cada vez mais difícil prever se projetos desse tipo serão realizados no futuro. (...) os custos devem ser estruturalmente mais baixos” (*apud* LEÃO, 2018a, p. 50).

Nesse novo cenário, observou-se um movimento das grandes petrolíferas globais de ampliar sua participação em projetos de energia com investimento inicial mais baixo e retornos mais rápidos. E esses, por sua vez, tem reforçado a tendência volátil do preço do petróleo, pelo menos no médio prazo. Com isso, investimentos tem se direcionado para projetos com: i) custo mais baixo e possibilidade de ganhos mais rápidos; ii) retornos não apenas elevados, mas menos incertos no longo prazo e; iii) em novas fontes de energia.

Essa postura, evidentemente, obrigou às empresas prospectarem novas oportunidades em diferentes locais do mundo a fim de atender esses novos condicionantes. Ou seja, os movimentos de internacionalização, por meio principalmente de fusões e aquisições, fortaleceram-se pela nova dinâmica financeira (custos mais baixos) e produtiva (extração mais rápida de petróleo) do setor. Essa foi a conclusão apontada pelo principal pesquisador da consultoria Wood Mackenzie ao analisar o futuro da indústria de petróleo, a partir de 2017:

(...) [O chefe de pesquisa da consultoria Wood Mackenzie], Tom Ellacott, disse que os investimentos [a partir de 2017] teriam como foco o baixo custo de capital, tais como na Bacia de Permiana nos Estados Unidos e nos campos do pré-sal *offshore* do Brasil. Ele acrescentou que as “fusões e aquisições também serão atrativas para fortalecer as finanças [das companhias de petróleo] (...)”. Baixo custo, baixo risco em oportunidades de descobertas de petróleo serão atrativos novamente. E os protagonistas do setor precisarão disso para garantir a renovação do seu portfólio no longo prazo (WARD, 2016, tradução dos autores).

A saída das empresas chinesas para o exterior teve forte correlação com a política nacional de transição energética, por um lado, e com as ações políticas e econômicas no exterior capitaneadas pelo B&R, por outro. Cabe ressaltar que essas ações estiveram subordinadas a um conjunto de interesses geopolíticos, como o maior controle das reservas de petróleo no exterior, a maior diversificação de fornecedores estrangeiros e fontes de energia, a ampliação de parcerias com países considerados estratégicos, entre outros.

Todavia, não foram apenas os movimentos internos e concatenados pelos Estado chinês que motivou essa internacionalização, mas a própria reorganização da indústria petrolífera global, cuja imprevisibilidade tem obrigado às grandes petrolíferas a atuarem de forma agressiva no exterior em busca de investimentos com retorno mais rápidos e custos estruturalmente inferiores.

A necessidade de manter essa complexa coordenação entre políticas nacionais, internacionais, mudanças geopolíticas e estruturais fez com que as estatais de petróleo preservassem seu papel protagonista no desenvolvimento do setor de petróleo chinês. Não pôr o acaso, segundo o *ranking* da Revista Fortune de 2018, entre as 500 maiores empresas em termos de faturamento do mundo, as chinesas Sinopec e CNPC alcançaram, respectivamente a terceira e a quarta posições, a frente de companhias privadas gigantescas como a Shell e Chevron e todas as empresas privadas do país asiático (SALOMÃO, 2018).

A trajetória das estatais chinesas de petróleo, num cenário de transformação energética do país, da implementação do B&R e da nova ordem da indústria de energia global, sugere que indústria petrolífera tem um papel central para a transição energética e a internacionalização chinesa no curto e médio prazo. Nesse cenário, a relevância assumida pelo segmento de petróleo brasileiro e de energia na América Latina ajudam a entender porque as empresas chinesas intensificaram sua atuação nessas regiões, como demonstra a próxima seção.

4.2. A inserção das estatais chinesas na América Latina e no Brasil

Os balizadores atuais dos investimentos das indústrias chinesas no exterior, inclusive das firmas de petróleo, são os megaprojetos de infraestrutura do B&R que, como mencionado, também pauta as ações para a América Latina. Além disso, a entrada da China na região tem uma conexão com a sua estratégia de segurança energética e alimentar.

Primeiro, porque a América Latina é uma bastante intensiva em recursos naturais e, nas últimas décadas, aumentou a desregulação e liberalização à entrada de investimentos estrangeiros. Segundo, porque, na nova ordem petrolífera global, o setor energético – com destaque para o petróleo – da América do Sul, principalmente do Brasil, se tornou um ativo valioso num cenário de crescente incerteza. E, terceiro, pois se formou um padrão de integração comercial e produtiva bastante interessante aos chineses:

As exportações de minérios foram essencialmente concentradas no Brasil, Chile e Peru, mas no caso do Brasil, a expansão chinesa foi mais importante para a composição de sua pauta de exportações do que diretamente para o seu

crescimento. A dependência maior da pauta exportadora às *commodities* ocorrida na América do Sul (...) – foi uma consequência geral desta expansão. No caso do Brasil ela foi importante devido à simultânea presença do país tanto nos minérios quanto na soja, quanto na energia. Considerando os impactos da expansão chinesa sobre a estrutura produtiva e especialização exportadora deve-se observar a formação de um típico [padrão de comércio] da América do Sul, baseado na complementaridade entre as exportações de produtos primários – especialmente concentradas em minério de ferro, cobre e soja – e importação diversificada de bens industriais (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 40).

As diretrizes políticas e econômicas do B&R (e antes do *Going Global*), as oportunidades abertas pelo setor energético, bem como o padrão de relação comercial bastante favorável aos chineses deram a tônica da internacionalização das companhias chinesas. Sob essa lógica, a prioridade foi o setor de *commodities* (minério e energia, principalmente) e, nos últimos tempos, incorporou também os de infraestrutura tanto para facilitar o escoamento desses produtos (portos e ferrovias, principalmente), como para se aproveitar de grandes mercados consumidores, principalmente o brasileiro.

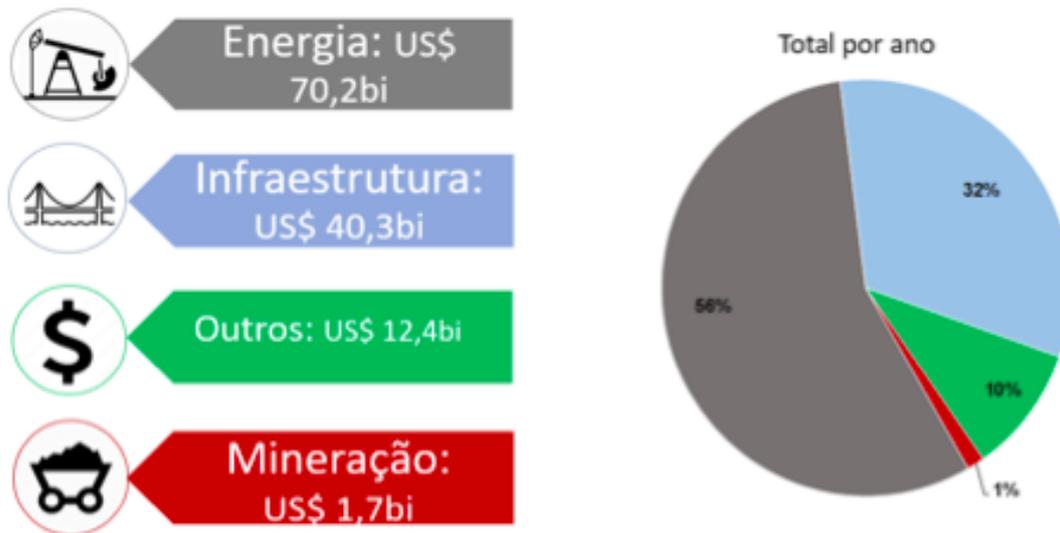
Entre os projetos executados na América do Sul, destacaram-se os investimentos chineses em setores de energia de vários países, desde o petróleo, passando pelo gás não convencional até os renováveis. No Chile, por exemplo, em 2017, os investimentos chineses para energia limpa alcançaram US\$ 1,5 bilhão. No mesmo ano, um consórcio de empresas chinesas, liderada pelo grupo China Three Gorges Corporation, adquiriu da Oderbrecht a usina hidrelétrica de Chaglla, a terceira maior do Peru, por um valor de US\$ 1,4 bilhão (AQUINO, 2018).

A exemplo do segmento de renováveis e energia elétrica, o de petróleo e gás natural foi alvo prioritário dos asiáticos na região, ao lado de infraestrutura. As informações relativas a financiamentos e investimento direto chinês na América Latina ilustram essa constatação.

Seguindo o padrão de investimentos diretos na América Latina e no Brasil, os empréstimos chineses na região focaram no setor de energia e infraestrutura, que concentraram 88% de todas operações no período.

Como mostra a Figura 1, entre 2005 e 2016, o setor de energia recebeu cerca de US\$ 70,2 bilhões dos empréstimos para investimento, enquanto que o de infraestrutura US\$ 40,3 bilhões. Como os demais setores acessaram apenas a US\$ 14,1 bilhões, as áreas de energia e infraestrutura abocanharam 88,6% dos empréstimos bancários chineses na América Latina.

Figura 1 – Destino setoriais dos empréstimos bancários chineses na América Latina por país (2005-2016)



Fonte: Puty (2018).

Além dos empréstimos bancários, observou-se um crescimento dos investimentos diretos principalmente das estatais chinesas na indústria petrolífera dos países latino-americanos, desde meados do atual decênio. A petrolífera estatal CNOOC adquiriu, em 2016, dois dos dez blocos leiloados pelo governo mexicano (AVENDANO; MELGUIZO; MINER, 2018). Na Venezuela, a CNPC anunciou um investimento de US\$ 28 bilhões na faixa petrolífera de Orinoco, em 2013. Na Argentina, a CNOOC se consolidou como uma das principais petrolíferas do país ao comprar 50% da empresa Bridas por US\$ 3,1 bilhões em 2010 (JUSTO, 2014).

No caso do Brasil, boa parte das operações recentes de empréstimos envolveu a Petrobrás por meio de contratos de financiamento assinados com o China Development Bank (CDB) e a Sinopec.

No primeiro acordo, firmado em 2010, o CDB garantiu um empréstimo de US\$ 10 bilhões à Petrobras a ser liberado num prazo de dez anos, enquanto que a estatal brasileira assegurou à Sinopec o fornecimento de petróleo distribuído da seguinte forma: 150 mil barris/dia no primeiro ano e 200 mil barris/dia nos nove anos seguintes. No segundo acordo, o CDB emprestou mais US\$ 5 bilhões e, em contrapartida, a Petrobras se comprometeu a sortir 100 mil barris/dia para três estatais menores da China (China National United Oil Corporation, China Zhenhua e Chemchina Petrochemical). Em 2017, ainda foi assinado um novo memorando de entendimento para um financiamento à Petrobras de US\$ 5 bilhões para novos contratos de provimento de petróleo às estatais chinesas (ROMANO, 2017).

Em relação aos investimentos, os chineses já aportaram no Brasil um montante total superior a US\$ 53 bilhões em 58 projetos. Estes estiveram fortemente concentrados no setor energético (61,7% dos investimentos) e, ao mesmo tempo, garantiram a presença de empresas chinesas em infraestrutura logística que, cabe frisar, estão fortemente associados ao transporte de *commodities* brasileiras, inclusive o petróleo, e ao próprio fornecimento de bens para as estruturas de produção *offshore* de petróleo.

No setor de dutos e portos, três grandes empreendimentos se destacaram nos últimos anos: i) o terminal de contêineres do Porto Paranaguá foi adquirido pela China Merchants Port Holdings Company Limited (CMPort) por R\$ 2,9 bilhões; ii) o terminal Graneleiro da Babitonga em São Francisco do Sul/SC tem previsto investimentos da empresa chinesa Communications Construction Company (CCCC) de R\$ 1,6 bilhões para ampliação da movimentação de cargas; iii) o Porto Sul em Ilhéus/BA – que tem como base a exportação de minério de ferro para a China – projetou a realização de um investimento de R\$ 2,6 bilhões em obras e compra de equipamentos. A China também aumentou sua participação em construtoras do país – seja para atender as demandas de infraestrutura e/ou de energia. A própria CCCC adquiriu 80% da empresa de engenharia e construção brasileira, Concremat, no final de 2015.

O interessante desses fatos é que a lógica do investimento direto chinês no Brasil visa integrar sua atuação no segmento de *commodities*. Ou seja, atuar não apenas na produção de energia, mas também na logística, distribuição etc. Os investimentos diretos não migraram apenas para a indústria petrolífera, mas uma parcela importante dos recursos empregados em infraestrutura também teve relação com o setor de energia, como para facilitar o escoamento e/ou exportação da produção de petróleo. Esse fenômeno é analisado na próxima subseção.

4.2.1 As petrolíferas estatais chinesas no Brasil

As três maiores estatais chinesas priorizaram o ingresso na cadeia produtiva de petróleo na área de exploração e produção, porém realizaram movimentos em outras áreas, desde fornecedores, passando pelo refino e distribuição e chegando até a petroquímica. Como destacaram Almeida e Consoli (2014), a acelerada inserção da China no mercado de petróleo brasileiro, principalmente nos anos 2010, ocorreu em diversas áreas.

Na área de exploração e produção, as petrolíferas estatais chinesas adquiriram inúmeras áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural desde 2010. Esse processo se iniciou com a aquisição pela Sinopec dos ativos da Repsol Brasil (40%) pelo valor de US\$ 7,1 bilhões, em outubro de 2010, e da subsidiária

da Galp no Brasil, Petrogal (30%) pela cifra de US\$ 5,2 bilhões, em novembro de 2011. Esses acordos possibilitaram à Sinopec ingressar no pré-sal.

A Sinochem, por sua vez adquiriu 40% do campo de Peregrino, na Bacia de Campos, que pertencia à Statoil por US\$3,1 bilhões em 2010 (ALMEIDA; CONSOLI, 2014). Em 2012, a estatal chinesa comprou 10% dos blocos da anglo-francesa Perenco localizados na Bacia do Espírito Santo (ROMANO, 2017).

Todavia, foi a partir de 2013 que a China iniciou uma rápida escalada às reservas de petróleo e gás da camada do pré-sal brasileiro, tornando o gigante asiático um dos principais atores no segmento de exploração e produção brasileiro, principalmente após a participação da CNOOC e CNPC no consórcio de Libra e das estatais chinesas nas licitações da segunda e da terceira rodada dos leilões de partilha do pré-sal no Brasil em 2017.

Tabela 1 – Inserção das empresas chinesas no pré-sal brasileiro até 2017

Bacia	Área	Reserva recuperável mínima esperada (em milhões de barris)	Concessionária	Participação das chinesas no pré-sal (%)	Volume de óleo da concessionária chinesa (em milhões de barris)
Santos	Carioca	500	Sinopec	25,0%	125
Santos	Sapinhoá	2.100	Sinopec	25,0%	525
Santos	Libra	8.000	CNPC CNOOC	10,0% 10,0%	800 800
Santos	Peroba	2.000	CNODC	20,0%	400
Santos	Entorno de Sapinhoá	200	Sinopec	25,0%	50
Campos	Alto de Cabo Frio-Oeste	Não informado	CNOOC	20,0%	-
Campos	Pão de Açúcar e Gávea	1.200	Sinopec	35,0%	420
Total		14.000		22,3%	3.120

Fonte: Pereira et al. (2017).

Com efeito, a China já garantiu um volume de reservas de óleo recuperáveis superior a 3 bilhões de barris (22,3% do que foi leiloado), como mostra a Tabela 1 (PEREIRA et al., 2017). Em junho de 2018, a Sinopec já era a quarta maior concessionária em termos de produção de petróleo e gás natural liquefeito no Brasil com 92,8 mil barris equivalentes de petróleo/dia.

No refino, a CNPC realizou encontros no final de 2017 com a Petrobras a fim discutir uma possível entrada na produção de derivados de petróleo no Brasil. À época foi assinado um memorando de entendimento entre Petrobras e CNPC para atuação futura da empresa do complexo petroquímico do Comperj e em outros segmentos do segmento de petróleo e gás natural. Ademais, a chinesa Shandong Kerui venceu a licitação para terminar a obra da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Comperj. A companhia asiática deve receber o valor de quase R\$ 2 bilhões para concluir as obras (NEDER, 2018).

Além do Comperj, as petrolíferas chinesas demonstraram interesse em construir uma refinaria no Maranhão, com capacidade de 300 mil barris/dia, para processar o seu petróleo extraído nos campos produtores da costa brasileira. O projeto totalizaria um investimento entre US\$ 7 e US\$ 10 bilhões e poderia contar com empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SILVEIRA, 2017).

No segmento de distribuição, em março de 2018, a PetroChina (subsidiária da CNPC) comprou 30% da TT Work, empresa brasileira dona da distribuidora Petronac, além dos terminais Tecomb. Segundo Ramalho (2018), essa compra somada às informações de que a CNPC estaria interessada em adquirir ativos de refino da Petrobras demonstrou o interesse da estatal chinesa em atuar de forma integrada no Brasil:

O negócio revela a intenção da companhia de construir uma estrutura de integração vertical no mercado brasileiro, já que a chinesa já produz petróleo no país. (...) Com a compra da TT Work, a CNPC assume também um mercado estratégico. A antiga Total, segundo a ANP, é a quinta maior distribuidora de gasolina do país, com participação de mercado de 2,74%. No mercado de diesel, onde a empresa é a sexta maior, a participação é de 1,59%. A TT Work está concentrada sobretudo no Nordeste justamente um dos polos regionais de refino que a Petrobras colocou à venda. A estatal brasileira tem a intenção de vender 60% da Rlam, na Bahia, e Rnest, em Pernambuco, além da infraestrutura de dutos e terminais associados (RAMALHO, 2018).

Além desses investimentos, a Universidade de Tsinghua de Pequim realizou uma parceria tecnológica estratégica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal parceria foi estruturada para construção de cooperação em quatro áreas: biocombustíveis, energia eólica, petróleo em águas profundas e tecnologia de captura e armazenamento de carbono.

Essas ações das companhias e instituições chinesas corroboram a visão de Ramalho (2018) na qual o mercado de petróleo brasileiro está se transformando numa espécie plataforma energética integrada da política de internacionalização das

petrolíferas da China. Além da entrada no pré-sal, os chineses reforçaram sua atuação em outras áreas, como a petroquímica e a distribuição, nos últimos três anos.

Com o fim da política de conteúdo nacional e a destruição dos estaleiros brasileiros, foi aberta uma janela de oportunidade para os chineses ampliarem sua atuação no fornecimento de plataformas para atender as demandas do pré-sal. Nesse ponto, cabe sublinhar, inclusive, que a Petrobras já tem contratado companhias chinesas para prestação de serviços à companhia, a despeito das exigências das cláusulas de conteúdo local¹⁵ (VETTORAZZO; PAMPLONA, 2015).

Nesse sentido, a entrada chinesa conectou o acesso ao petróleo e ao gás natural do pré-sal com a logística e, finalmente, com os portos (visando sua exportação) e/ou com as refinaria e petroquímica (a fim de realizar a transformação industrial do gás e petróleo cru). Com efeito, além da aquisição de blocos de petróleo e gás natural – como já observado –, as companhias chinesas aceleraram seus investimentos nesses outros segmentos.

Na logística e nos portos, uma visita de empresários chineses, segundo Moraes (2015), deixou clara a utilização do Porto do Açú como uma grande plataforma para movimentação e transporte de bens, incluindo o petróleo, em direção ao mercado chinês.

A Prumo Logística, uma das empresas presente no Porto do Açú, por meio de seu presidente, José Magela, confirmou o papel central que a China busca na região. “O complexo portuário do Açú reúne todas as condições para se tornar o Porto da China no Brasil. Temos localização privilegiada, área disponível e podemos receber embarcações de grande porte” (BRASIL ESTÁ..., 2017). A expectativa era de que as estatais chinesas começassem a realizar investimentos para atuar no complexo.

Por fim, a China também fortaleceu seus investimentos na indústria naval do país para atender as demandas de exploração e produção. Três plataformas que seriam construídas no Rio de Janeiro (a P-75 e P-77 no estaleiro de Inhaúma na capital fluminense e a P-69 no estaleiro da BrasFels em Angra dos Reis) já foram transferidas para a China (DRUMMOND, 2016). Ademais, as Unidades Flutuantes de Armazenamento e Transferência (*Floating Production Storage and Offloading* –

¹⁵ A Folha de São Paulo relatou, em fevereiro de 2017, o caso da licitação envolvendo a empresa brasileira Brasil Amarras e a chinesa Jiangsu Asian Star Anchor Chain. Para atender as regras de conteúdo local da cessão onerosa do pré-sal, a Petrobras deveria contratar a empresa brasileira para fornecer serviços de sistemas de ancoragem de plataformas. No entanto, segundo a matéria, a Petrobras não acatou a tais regras e assinou com a empresa chinesa que teria apresentado uma proposta com um valor mais baixo do que a brasileira (VETTORAZZO; PAMPLONA, 2017).

FPSOs) que serão afretados para os campos de Mero e de Sépia terão suas obras de conversão da unidade realizadas na China.

Em suma, a atual configuração dos investimentos das estatais chinesas no Brasil mostrou uma maior integração do país asiático no setor de petróleo brasileiro. Com a perda de espaço da Petrobras, o que era para ser uma parceria abriu espaço para tornar a China protagonista de toda a cadeia produtiva petrolífera direta e indireta no Brasil, atendendo não apenas seus interesses de segurança energética, como também para alavancar sua indústria em âmbito internacional.

4. Conclusão

O IED chinês no Brasil se tornou significativo, não pelo seu montante, ainda consideravelmente inferior aos dos EUA, mas pela sua taxa de crescimento, pelo padrão concentrado em alguns setores da economia, particularmente no setor de energia (elétrica bem como de petróleo e gás natural), e por ser capitaneado pelas companhias não privadas. A diversificação recente na indústria e finanças não mudou substancialmente o cenário que preservou o envolvimento prioritário das estatais sob controle direto da SASAC, ou seja, do governo central chinês.

A discussão sobre setores estratégicos da economia é sempre relativa, mas parece não haver dúvida entre europeus, americanos e chineses, que aqueles fundamentais à autonomia e segurança nacionais estejam incluídos. Energia, portos, acesso a sistemas de dados, infraestrutura logística são exemplos desses setores e, obviamente, estão no cerne da estratégia de internacionalização do capital chinês.

Tal estratégia, moldada pelos grandes projetos estatais *Going Global* e B&R, enfatizou, num primeiro momento, o acesso a recursos naturais estratégicos em mercados emergentes por meio de suas empresas estatais (África, Ásia e América Latina) e, posteriormente, estendeu-se para vários segmentos do setor de serviço e infraestrutura e incluiu um rol maior de companhias. No entanto, três diretrizes continuaram intactas na transição entre um projeto e outro: i) o papel central das estatais; ii) a busca por mercados capazes de rentabilizar suas companhias e; iii) a manutenção da atuação em setores estratégicos seja do ponto de vista geopolítico, seja econômico.

A indústria de petróleo e gás natural, portanto, não perdeu relevância ao longo desse processo. Muito pelo contrário, uma vez que as petrolíferas chinesas promoveram mudanças e foram impulsionadas pelo governo chinês para atuarem de forma mais agressiva no exterior. As incertezas de médio e longo prazo da indústria internacional do petróleo e do gás, a descoberta do pré-sal, a desregulação da cadeia produtiva petrolífera e os desinvestimentos da Petrobras colocaram o

Brasil como um mercado estratégico e mais acessível para as estatais chinesas do setor.

A compra de vários ativos em exploração e produção, refino, distribuição, além dos investimentos nos fornecedores e na área logística corroboram que, de fato, o Brasil se transformou num mercado prioritário para a formação de uma indústria petrolífera chinesa no país. Evidentemente que a velocidade e amplitude desta empreitada dependerá das transformações e medidas adotadas pelos próximos governos brasileiros, principalmente na Petrobras.

Em todo caso, seja quem estiver chefiando o país, os chineses devem preservar sua atuação no setor de petróleo e gás do Brasil, pelo menos, enquanto for rentável economicamente e estratégico para seu projeto de desenvolvimento e projeção global.

5. Referências bibliográficas

ACIOLY, L; LEÃO, R. P. F. China. In: ACIOLY, L.; LIMA, L. A. F.; RIBEIRO, E. (Orgs.). **Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2011.

ALMEIDA, E. F; CONSOLI, H. A entrada e os próximos passos dos chineses no setor petróleo no Brasil. **Blog Infopetro/Grupo de Economia da Energia (GEE)/UFRJ**, 14 jul. 2014. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2014/07/14/a-entrada-e-os-proximos-passos-dos-chineses-no-setor-de-petroleo-no-brasil/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. Washington, DC: The American Enterprise Institute, 2018.

AQUINO, M. Grupo chinês vai comprar usina da Oderbrecht no Peru por US\$ 1,39 bi, diz fonte. Reuters, São Paulo, 25 ago. 2017. Notícias Principais. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1B5191-OBRTTP>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

AVENDANO, R.; MELGUIZO, A; MINER, S. **Chinese FDI in Latin America: New trends with global implications**. Washington, DC: Atlantic Council; OECD Development Centre, jun. 2017.

BRASIL ESTÁ mais perto de investimento chinês no refino. **O Petróleo – O Portal de Notícias do Petróleo e do setor Naval**, Madre de Deus/BA, 24 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.opetroleo.com.br/brasil-esta-mais-perto-de-investimento-chines-em-refino/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2: 381-400, abr./jun. 2017.

D'ATRI, F. **One Belt One Road**: uma iniciativa geopolítica e econômica da China. CEBC Alerta, Informativo, n. 78. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), jul. 2017.

DRUMMOND, C. Os estaleiros só afundam. **Revista CartaCapital**, São Paulo, 17 out. 2016. Economia. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/921/os-estaleiros-so-afundam>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DU, J.; ZHANG, Y. Does One Belt One Road initiative promote Chinese's overseas direct investment? **China Economic Review**, v. 47: 189-205, feb. 2018.

ERNST & YOUNG (EY). **Belt and Road** – exploring a blueprint for steady growth in overseas investment. China Go Abroad, 7th issue. China: EY, 2018.

GARCIA-HERRERO, A.; XIA, L.; CASANOVA, C. **Chinese outbound foreign direct investment**: How much goes where after roundtripping and offshoring? Working Paper, n. 15/17. Hong Kong: BBVA, jun. 2015

HE, C.; XIE, X.; ZHU, S. Going Global: understanding China's outward foreign direct investment from motivational and institutional perspectives. **Post-Communist Economies**, v. 27, n. 4: 448-471, oct. 2015.

HIRATUKA, C. **Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL**. Texto para Discussão, n. 339. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, mai. 2018.

INVESTIMENTO da China no Brasil em 2017 atingiu máxima de 7 anos [S.I]: **G1.com**, 19 jan. 2018. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/investimento-da-china-no-brasil-em-2017-atingiu-maxima-de-7-anos.ghhtml>>. Acesso em: 03 set. 2018.

JUSTO, M. Conheça os principais investimentos chinesas na América Latina. **BBC News**, São Paulo, 05 mai. 2014. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_chi_na_venezuela_fl>. Acesso em: 20 de setembro.

LEÃO, R. P. F. A ascensão dos renováveis e a estratégia da BP: o caso da energia solar. In: LEÃO, R.; NOZAKI, W. (Orgs.). **Energia e petrolíferas globais**:

transformações e crise. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) – FLACSO, 2018a.

LEÃO, R. P. F. O gás natural na transição energética global da China. In: LEÃO, R.; NOZAKI, W. (Orgs.). **Energia e petrolíferas globais: transformações e crise**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) – FLACSO, 2018b.

LIAO, J. X. The Chinese government and the national oil companies (NOCs): who is the principal? **Asia Pacific Business Review**, v. 21, n. 1: 44-59, jan./feb. 2015.

MCCOWAGE, M. **Trends in China's Account**. Bulletin, June Quarter 2018. Sydney: Reserve Bank of Australia, jun. 2018.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1: 28-42, jan./mar. 2015.

MORAES, R. A China, o Açu e seus significados dentro do acordo bilateral. **Blog do Roberto Moraes**, 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2015/05/a-china-e-o-acu-e-seus-significados.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS (NBS). **China Statistical Yearbook**. Beijing: China Statistics Press, 2016.

NEDER, V. China assumirá obras de unidade de gás do Comperj. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2018. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,chinesa-assumira-obras-de-unidade-de-gas-do-comperj,70002185807>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

NOLAN, P. **Is China Buying the World?** Cambridge: Polity, 2012

NOZAKI, W. V.; LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; PEREIRA, C. C. **Caminhos e descaminhos da gestão do pré-sal: entre a soberania e subordinação**. Texto para Discussão, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), ago. 2018.

O QUE é? – Empresa Offshore. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ed. 15, 01 out. 2005.

PEREIRA, C. C.; PINTO, E. C.; LEÃO, R. P. F.; NOZAKI, W. V. Sucesso ou fracasso? **Revista CartaCapital**, São Paulo, 30 out. 2017. Política. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/sucesso-ou-fracasso>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

PUTY, C. A. C. B. **A estratégia de internacionalização de estatais chinesas e o Brasil**. Boletim de Análise Político-Institucional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – n. 15 (2018). Brasília: Ipea, jul./dez. 2018.

RAMALHO, A. PetroChina desponta como candidata a refinarias da Petrobras. **Valor Econômico**, São Paulo, 04 mai. 2018. Empresas. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5502757/petrochina-desponta-como-candidata-refinarias-da-petrobras>>. Acesso em: 20 de setembro.

ROMANO, G. S. A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44: 90-113, out./nov. 2017.

SALOMÃO, K. As 25 maiores empresas do mundo, segundo a Fortune. **Exame.com**, 20 jul. 2017.

SILVEIRA, D. Empresa chinesa deve construir refinaria de petróleo no Maranhão, diz secretário do Ministério de Energia. **G1.com**, 24 nov. 2017. Economia.

VETTORAZZO, L.; PAMPLONA, N. Petrobras ignora regra de conteúdo local e contrata empresa chinesa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2017. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1856708-petrobras-ignora-regra-de-conteudo-local-e-contrata-empresa-chinesa.shtml>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

WARD, A. Oil industry on the cusp of cash flow recovery. **Financial Times**, Londres, 19 nov. 2016. Oil. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/32cce5ac-c3ae-11e6-9bca-2b93a6856354>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

WEGNER, R. C. **Empresas chinesas na América Latina construindo (?) ‘sonho chinês’ e ‘sonho latino-americano’**. CEBC Seleção de Artigos. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), out. 2018.

YUAN, J.; XU, Y.; ZHANG, X.; HU, Z; XU, M. China's 2020 clean energy target: Consistency, pathways and policy implications. **Energy Policy**, n. 65: 692-700, feb. 2014.

6. Anexo

Quadro 1 – Principais fusões e aquisições das empresas chinesas Brasil (2005-2017)

IED Brasil						
Ano	mês	Empresa Chinesa	Valor	Part.	Contraparte	Setor
2005	April	Minmetals, China Metallurgic	\$ 240			Metals
2005	December	CITIC	\$ 430		Brazil Power	Energy
2006	April	Sinopec	\$ 1,290		Petrobras	Energy
2006	November	CITIC	\$ 340		ThyssenKrupp and CVRD	Metals
2009	October	China Communications Cons	\$ 100			Transport
2009	November	Wuhan Iron and Steel	\$ 400	22%	MMX Mineracao	Metals
2009	December	CIC	\$ 500		CVRD (Vale)	Metals
2010	February	Sany Heavy	\$ 200			Real estate
2010	March	East China Mineral Exploratic	\$ 1,200		Bernardo de Mello Itamina	Metals
2010	May	Sinocem	\$ 3,070	40%	Statoil	Energy
2010	May	State Grid	\$ 1,720	100%	Plena Transmissoras	Energy
2010	August	Chery Auto	\$ 400			Transport
2010	October	Sinopec	\$ 7,100	40%	Repsol	Energy
2010	December	CIC	\$ 200		BTG Pactual	Finance
2011	March	Chongqing Grain	\$ 570			Agriculture
2011	April	ICBC	\$ 100			Finance
2011	April	ZTE	\$ 200			Technology
2011	August	Taiyuan Iron, CITIC, Baosteel	\$ 1,950	15%	CBMM	Metals
2011	August	JAC Motors	\$ 100	20%	SHC	Transport
2011	November	Sinopec	\$ 4,800	30%	Galp Energia	Energy
2012	March	State Grid	\$ 550		Copel	Energy
2012	May	State Grid	\$ 940		ACS	Energy
2012	May	China Construction Bank	\$ 200	100%	WestLB	Finance
2012	September	Lenovo	\$ 150	100%	Digibras and Dual	Tecno
2012	September	BAIC	\$ 300			Transport
2012	November	CIC	\$ 460	33%	Prosperitas	Logistics
2013	April	COFCO	\$ 320			Agriculture
2013	June	Xugong Construction Machine	\$ 200			Real estate
2013	October	CNOOC and CNPC	\$ 1,280	10%, 10%	Petrobras, Shell, and Total	Energy
2013	October	China Construction Bank	\$ 720	74%	Banco Industrial e Comercio	Finance
2013	December	Three Gorges	\$ 130	50%	Cachoeira-caldeirao	Energy
2013	December	Three Gorges	\$ 250	50%	Jari	Energy
2014	February	State Grid	\$ 970	51%	Electrobras	Energy
2014	February	Three Gorges	\$ 390	33%	Terra Novo	Energy
2014	April	COFCO and Hopu Investment	\$ 750		Noble Agri Limited	Agriculture
2014	July	Sany Heavy	\$ 300			Real estate
2014	July	ZTE	\$ 100			Technology
2014	August	China Construction Bank	\$ 720	72%	Banco Industrial and Comercio	Finance
2014	December	Three Gorges	\$ 140	49%	EDP	Energy
2015	May	China Electronics Corporator	\$ 100			Real estate
2015	May	BYD	\$ 100			Energy
2015	May	China Communications Bank	\$ 170	80%	Banco BBM SA	Finance
2015	July	State Grid	\$ 2,200			Energy
2015	August	Three Gorges	\$ 490		Triunfo Participacoes	Energy
2015	October	ICBC	\$ 2,000		Petrobras	Energy
2015	November	HNA	\$ 460	24%	Azul Linhas Aereas Brasile	Transport
2016	January	Three Gorges	\$ 3,660			Energy
2016	April	State Grid	\$ 110			Energy
2016	April	State Grid	\$ 110		Mato Grosso	Energy
2016	April	China Molybdenum	\$ 1,500		Anglo American	Chemicals
2016	May	Shanghai Pengxin	\$ 290	57%	Fiagril Participaçõe	Agriculture
2016	July	XCMG	\$ 100			Real estate
2016	September	CIC	\$ 1,090		Petrobras	Energy
2016	October	Three Gorges	\$ 1,200		Duke	Energy
2016	December	Sinomach	\$ 150			Energy
2016	December	State Grid	\$ 4,490	55%	CPFL	Energy
2016	December	Didi Chuxing	\$ 100		99Taxis	Transport
2017	January	China Communications Cons	\$ 100	80%	Concremat	Real estate
2017	March	China Communications Cons	\$ 150			Transport
2017	April	China Communications Cons	\$ 280	51%		Transport
2017	April	China Energy Engineering	\$ 150		Sistema Productor	Utilities
2017	June	Shanghai Pengxin	\$ 250		DKBA	Agriculture
2017	July	CITIC-led fund	\$ 1,100		Dow	Agriculture
2017	July	HNA	\$ 320	60%	Odebrecht	Transport
2017	September	China Merchants	\$ 920	90%	TPC	Transport
2017	September	State Power Investment	\$ 2,260			Energy
2017	October	CNPC	\$ 120	20%		Energy
2017	November	State Grid	\$ 3,440	40%	CPFL	Energy
			\$ 61,190			

Fonte: Várias notícias. Elaboração dos autores.